

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(Da Sra. Mariana Carvalho)

Susta o Decreto nº 10.037, de 1º de outubro de 2019, do Presidente da República, que revoga o Decreto de 15 de julho de 2015, que cria a Zona de Processamento de Exportação de Rondônia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Susta-se, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, o Decreto nº 10.037, de 1º de outubro de 2019, do Presidente da República, que revoga o Decreto de 15 de julho de 2015, que cria a Zona de Processamento de Exportação de Rondônia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Publicado no dia 16 de julho do ano de 2015, o Decreto da Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, criava a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do município de Porto Velho, em Rondônia (RO). A criação atende a um pleito do governo do Estado, que enxerga na instalação de uma ZPE uma forma de fomentar a economia regional.

A ZPE tem como objetivo aprimorar e aproveitar as vocações produtivas já existentes no Estado, bem como, a agregar valor às exportações já realizadas, principalmente àquelas relacionadas com atividades do agronegócio local, como as vendas externas de carnes e de soja, responsáveis por cerca de 75% dos produtos exportados por Rondônia.

Seguindo o exemplo das ZPEs de Boa Vista e do Acre, a aprovação da terceira ZPE da Região Norte está inserida na estratégia do governo federal para promover o desenvolvimento econômico e social da região, viabilizando um meio para uma maior integração econômica e comercial dos estados.

Todas as regras estabelecidas para o funcionamento da ZPE de Rondônia seguiram as determinações da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007. Dentre os requisitos, encontra-se a determinação de que 80% do faturamento das empresas localizadas em uma ZPE seja proveniente exclusivamente de exportações, permitindo que os demais 20% sejam de vendas ao mercado doméstico, desde que pagos integralmente os tributos que incidem para qualquer empresa instalada no País.

De acordo com a secretaria-executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), as empresas localizadas em uma ZPE ou na Zona Franca de Manaus possuem como objetivo comum o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Região Norte e do Brasil. Importa mencionar, ainda, que as empresas da Zona Franca de Manaus serão potencialmente beneficiadas pelas ZPEs do Acre, Rondônia e Roraima, já que as alternativas para aquisição de insumos processados aumentarão.

Por meio do Decreto que o presente Projeto de Decreto Legislativo visa sustar, restariam prejudicados os anseios de incentivo e fomento da economia regional que seriam atendidos pela criação da Zona de Processamento de Exportação do município de Porto Velho, tendo em vista que a criação da referida ZPE é o objeto do Decreto de 15 de julho de 2015, revogado pelo Decreto nº 10.037, de 1º de outubro de 2019.

Nesse contexto, não podemos concordar com o flagrante retrocesso no processo de promoção e desenvolvimento econômico e social, não apenas do estado de Rondônia, mas da Região Norte com um todo.

Face à enorme relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para analisar e aprovar esta proposição com a maior brevidade.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputada **MARIANA CARVALHO**
PSDB/RO